

**HABEAS CORPUS Nº 476.034 - SP (2018/0283332-9)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : JOSIANE DIAS DE ALMEIDA RODRIGUES E OUTRO**  
**ADVOGADOS : JOSIANE DIAS DE ALMEIDA RODRIGUES - SP359901**  
**SAMUEL RODRIGUES DOS SANTOS - SP393922**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ATHILLA DO PRADO BESERRA**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA AFASTADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REGIME PRISIONAL FECHADO DEVIDAMENTE MOTIVADO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS E GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. ORDEM DENEGADA.

1. Nos termos do art. 33, § 4.º, da Lei de Drogas, fará jus à aplicação da causa especial de diminuição prevista no mencionado dispositivo o acusado primário, portador de bons antecedentes, que não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa.

2. Para se desconstituir o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias sobre a dedicação do Sentenciado à atividade criminosa e, por conseguinte, concluir pelo preenchimento dos requisitos previstos no § 4.º do art. 33 da Lei de Drogas, seria necessário proceder ao revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que não se mostra cabível na via estreita do *habeas corpus*. Precedentes.

3. Embora a pena fixada não alcance 8 (oito) anos, reconheceu-se, além da quantidade da droga apreendida (38,2kg - trinta e oito quilos e duzentos gramas de maconha), a existência de circunstância judicial desfavorável ao Paciente, o que levou a fixação da pena-base acima do mínimo legal, justificando, portanto, o estabelecimento do regime prisional mais severo, conforme a interpretação conjunta dos arts. 59 e 33, §§ 2.º e 3.º, do Código Penal e 42 da Lei n.º 11.343/2006.

4. Ordem de *habeas corpus* denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, denegar a ordem, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 11 de dezembro de 2018 (Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora